PERFIL DOS DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma revisão sistemática

Maria Edineide da Silva[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-3040-8734
E-mail: edinetaneta12345@gmail.com
Viviane Pinho de Oliveira[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7131-3889
vivianepo@unilab.edu.br

[1,2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, CE, Brasil.

RESUMO
Apesar dos avanços na legislação vigente acerca da educação inclusiva, sua efetivação enfrenta diversos desafios. O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente os avanços e desafios na educação inclsuiva no Brasil. O trabalho baseia-se em uma revisão sistemática da literatura científica brasileira, utilizando bases como SciELO, CAPES e Google Scholar, com foco em produções recentes sobre práticas pedagógicas e formação docente. Os resultados evidenciam avanços importantes, especialmente no fortalecimento das políticas públicas, na ampliação do acesso escolar e na adoção de práticas pedagógicas mais dinâmicas, como metodologias ativas e recursos lúdicos. A educação inclusiva deverá considerá não apenas estrutura de recursos humanos, mas apoio matricial, eventos de discussões, atividades avaliativas bem como ofertar cursos de capacitação aos docentes. A escassez de estudos aplicados e de experiências exitosas também dificulta a consolidação de estratégias eficazes no cotidiano escolar. Conclui-se que, embora haja avanços normativos e sociais, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta entraves estruturais e formativos. O estudo destaca a necessidade de investimentos em formação docente, suporte institucional e produção de evidências práticas, visando a construção de um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e eficiente.
Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Práticas Educativas; Estrutura Educacional; Desafios.

PROFILE OF CHALLENGES AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN INCLUSIVE EDUCATION: a systematic review

ABSTRACT:
Despite advances in current legislation regarding inclusive education, its implementation faces several challenges. This study aims to critically analyze the advances and challenges in inclusive education in Brazil. This work is based on a systematic review of Brazilian scientific literature, using databases such as SciELO, CAPES, and Google Scholar, focusing on recent publications on pedagogical practices and teacher training. The results show important advances, especially in strengthening public policies, expanding school access, and adopting more dynamic pedagogical practices, such as active methodologies and playful resources. Inclusive education should consider not only human resource structure but also matrix support, discussion events, evaluative activities, and the provision of training courses for teachers. The scarcity of applied studies and successful experiences also hinders the consolidation of effective strategies in daily school life. It is concluded that, although there

have been normative and social advances, the implementation of inclusive education still faces structural and formative obstacles. The study highlights the need for investments in teacher training, institutional support, and the production of practical evidence, aiming at building a more inclusive, equitable, and efficient educational system.
Keywords: Inclusive Education; Educational Practices; Educational Structure; Challenges.

Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a temática da Educação Inclusiva, analisando criticamente seus fundamentos teóricos, marcos legais e os desafios concretos de sua implementação na rede regular de ensino brasileira. O conceito de inclusão ultrapassa a mera matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) nas escolas comuns, exigindo uma transformação estrutural do sistema educacional para que este se torne capaz de acolher a diversidade e garantir a aprendizagem para todos, sem discriminação (Brasil, 2008).

Historicamente, o Brasil avançou de uma perspectiva de segregação e integração para o paradigma inclusivo, reforçado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015). No entanto, como enfatiza Mantoan (2003), a verdadeira inclusão é um processo de reinvenção da escola, não se limitando a adaptações pontuais, mas exigindo a construção de uma "pedagogia da diferença" que valorize as singularidades.

O estudo se concentrará na análise da produção científica que discute a efetivação da inclusão na escola comum, com foco nas práticas docentes e nos suportes necessários, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O TCC busca, por meio de uma revisão sistemática, mapear as principais dificuldades encontradas por professores e as estratégias pedagógicas consideradas exitosas para promover a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A temática da Educação Inclusiva possui inegável relevância social e acadêmica no Brasil. Do ponto de vista social, ela reflete um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988 e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que o país ratificou com *status* de emenda constitucional (Brasil, 2009).

Tendo em vista os interesses da pesquisa, o objetivo foi realizar uma revisão sistemática da produção científica brasileira sobre Educação Inclusiva, com o intuito de analisar os desafios e as práticas pedagógicas adotadas por professores no ensino

comum para promover a participação e a aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial.

Práticas pedagógicas na Educação Especial

A educação inclusiva enfrenta uma série de desafios complexos, especialmente no que diz respeito à seleção e implementação de práticas pedagógicas que sejam, de fato, coerentes com as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da inclusão. Esse processo exige não apenas a adaptação de metodologias de ensino, mas também a compreensão das múltiplas dimensões que envolvem o processo de aprendizagem, como aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais (Melo & Aragão, 2025).

Além disso, a heterogeneidade presente nas salas de aula requer estratégias diversificadas e flexíveis, capazes de promover a participação ativa de todos os alunos, respeitando seus ritmos e estilos de aprendizagem. Assim, a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo demanda o engajamento coletivo de gestores, professores, famílias e da comunidade escolar, bem como a implementação de políticas públicas que garantam condições adequadas para o desenvolvimento pleno dos estudantes (Nascimento et al, 2024).

Nesse contexto, destaca-se a importância da formação continuada dos professores, que muitas vezes se deparam com lacunas em sua preparação inicial para lidar com a diversidade em sala de aula. A ausência de suporte institucional, aliada à escassez de recursos didáticos acessíveis e tecnologias assistivas, pode dificultar a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas (Guimarães et al, 2022).

A adequação das práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva perpassa tanto a necessidade de adaptação dos processos de ensino às especificidades de aprendizagem dos estudantes quanto à organização e abordagem dos conteúdos curriculares, como História, Geografia, Matemática, entre outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, não se trata apenas de flexibilizar métodos, mas de promover uma reconfiguração intencional das práticas educativas, de modo a garantir acessibilidade, participação e aprendizagem significativa para todos os alunos (Nozi & Vitolino, 2017).

Essa perspectiva implica considerar diferentes estratégias didáticas, como o uso de recursos multisensoriais, tecnologias assistivas, diversificação de atividades e avaliações, além da adoção de metodologias ativas que favoreçam o protagonismo discente. Ademais, é fundamental que os conteúdos sejam apresentados de forma contextualizada e acessível,

respeitando os diferentes ritmos, estilos e necessidades educacionais, sem comprometer a qualidade e a profundidade do conhecimento (Teles, 2019).

Observa-se que apenas cerca da metade dos professores relata possuir formação específica voltada às Necessidades Educacionais Especiais (NEE), o que evidencia uma lacuna significativa na preparação docente para atuar no contexto da educação inclusiva. Por outro lado, aproximadamente 40% dos profissionais afirmam não ter recebido qualquer tipo de treinamento para lidar com esse público, o que pode comprometer a efetividade das práticas pedagógicas e a promoção de um ensino verdadeiramente equitativo (Viotto, 2019).

Essa realidade revela fragilidades tanto na formação inicial quanto na oferta de formação continuada, refletindo diretamente na insegurança dos docentes diante das demandas inclusivas e na dificuldade de adaptação de estratégias de ensino. Ademais, a ausência de capacitação adequada pode limitar a utilização de recursos didáticos acessíveis e metodologias diferenciadas, fundamentais para atender à diversidade presente em sala de aula (Nascimento & Rocha, 2024).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a ausência de formação e treinamento específico em Necessidades Educacionais Especiais (NEE) configura-se como um importante desafio no processo de tomada de decisão pedagógica. A falta de preparo técnico e metodológico pode dificultar a escolha de estratégias de ensino adequadas, a adaptação curricular e a implementação de práticas inclusivas eficazes (Melo & Montenegro, 2025).

Além disso, essa lacuna formativa pode comprometer a capacidade do professor de identificar corretamente as necessidades individuais dos estudantes, bem como de planejar intervenções pedagógicas que promovam a participação, o engajamento e o aprendizado significativo. Como consequência, há o risco de adoção de práticas pouco inclusivas ou padronizadas, que não contemplam a diversidade presente no ambiente escolar (Viotto, 2019).

Há, nesse contexto, o reconhecimento internacional expresso na Declaração de Salamanca, documento que destaca de forma contundente a importância da formação continuada dos profissionais da educação, bem como a necessidade de implementação de práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos que convivem com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) (Teles, 2019).

A referida declaração enfatiza que a capacitação docente deve ser permanente, abrangendo não apenas aspectos teóricos, mas também o desenvolvimento de competências práticas que possibilitem a construção de estratégias de ensino inclusivas,

flexíveis e centradas no aluno. Além disso, ressalta a importância de que os sistemas educacionais estejam preparados para acolher a diversidade, promovendo adaptações curriculares, utilização de recursos didáticos acessíveis e metodologias diferenciadas que favoreçam a aprendizagem de todos (Votto, 2019).

Os professores apresentam percepções heterogêneas acerca das práticas pedagógicas voltadas aos alunos que convivem com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), o que reflete não apenas a diversidade de experiências formativas, mas também as diferentes concepções sobre inclusão, ensino e aprendizagem. Essa heterogeneidade pode influenciar diretamente na forma como as estratégias pedagógicas são planejadas e executadas, resultando, por vezes, em práticas desiguais no atendimento às demandas educacionais desses estudantes (Nozi & Vitolino, 2017).

Adicionalmente, observa-se a ausência de um documento único e sistematizado que normatize, de maneira abrangente, toda a estrutura educacional voltada à educação inclusiva. Embora existam diretrizes, políticas públicas e legislações que orientem a inclusão escolar, muitas vezes essas normativas apresentam-se de forma fragmentada, o que pode dificultar sua compreensão e aplicação no cotidiano escolar (Melo & Montenegro, 2025).

Nesse cenário, a falta de padronização e de orientações claras pode impactar o processo de tomada de decisão pedagógica e a efetividade das práticas inclusivas. Dessa forma, torna-se fundamental a consolidação de referenciais mais integrados, aliados à formação continuada dos docentes, a fim de promover maior alinhamento nas práticas educativas e garantir uma educação inclusiva mais equitativa, organizada e eficaz (Nascimento et a, 2024).

Metodologia

Caracterização da pesquisa:

Nesse cenário, a falta de padronização e de orientações claras pode gerar insegurança nos profissionais da educação, impactando o processo de tomada de decisão pedagógica e a efetividade das práticas inclusivas. Dessa forma, torna-se fundamental a consolidação de referenciais mais integrados, aliados à formação continuada dos docentes, a fim de promover maior alinhamento nas práticas educativas e garantir uma educação inclusiva mais equitativa, organizada e eficaz.

A abordagem qualitativa atribui qualidades ao objeto de estudo.

Coleta de dados:

O estudo utilizou exclusivamente fontes secundárias (artigos científicos,

dissertações e teses). Os procedimentos de coleta e seleção seguiram rigorosamente as etapas:

1. Definição das Bases de Dados: Foram utilizadas bases de dados de acesso aberto e de relevância na área educacional: SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar e o Banco de Teses e Dissertações do IBICT.
2. Seleção dos Descritores (Palavras-chave): Foram utilizados termos combinados como: "Educação Inclusiva", "Prática Docente", "Atendimento Educacional Especializado (AEE)", "Formação de Professores" e "Legislação Inclusiva".
3. Critérios de Inclusão e Exclusão: Foram incluídos trabalhos brasileiros, publicados nos últimos 15 anos (a partir de 2010), que abordam a prática pedagógica e os desafios da inclusão em escolas comuns. Foram excluídos estudos de caso isolados sem discussão teórica aprofundada ou materiais não-científicos e que fugissem dos objetivos da pesquisa.

Critérios de elegibilidade

Serão oncluidos artigos nos últimos 5 anos considerando o aumento de e discussões relacionadas a educação inclusiva, desafios e avanços nos últimos 5 anos, de preferêncis explotratória que estejam nas bases científicas. Serão excluídos os estudo, artigos duplicados, cincoerentes com o tema e que não estejam disponíveis.

Análise dos dados:

Os documentos selecionados foram lidos, fichados e submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). A análise foi estruturada em categorias predefinidas e emergentes, visando:

- Conceitos e Políticas: Análise da forma como os autores citam e interpretam a legislação (LBI, PNEE).
- Práticas Docentes: Codificação das estratégias pedagógicas e metodológicas citadas como exitosas ou problemáticas.
- Barreiras e Facilitadores: Identificação das barreiras (atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas) e dos facilitadores da inclusão (AEE, formação, recursos).

Resultados e discussão

Ao realizar a busca dos artigos científicos, utilizando como descritores “Educação Inclusiva” OR “práticas pedagógicas” AND “desafios e superação”, adotou-se, inicialmente, uma abordagem exploratória, com ênfase na identificação de estudos de campo que possibilitassem compreender, de forma mais concreta, as experiências e práticas desenvolvidas no contexto educacional. Essa etapa permitiu mapear evidências empíricas relevantes acerca das estratégias pedagógicas inclusivas e dos principais obstáculos enfrentados por docentes e instituições de ensino.

Posteriormente, procedeu-se ao aprofundamento por meio de pesquisas bibliográficas, com o objetivo de ampliar o embasamento teórico sobre a temática. Nessa fase, foram analisadas produções acadêmicas, como artigos científicos, livros e documentos oficiais, que abordam os fundamentos da educação inclusiva, as práticas pedagógicas adaptadas e os desafios estruturais, sociais e institucionais que permeiam sua efetivação. Dessa forma, a combinação entre investigação empírica e revisão teórica contribuiu para uma compreensão mais abrangente e crítica do fenômeno estudado. Na pesquisa inicial, obteve-se 100 artigos, contudo, ao realizar a seleção seguindo os critérios de elegibilidade selecionou-se 5 artigos, apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 : Artigos selecionados para a revisão sistemática

Artigo	Autores/ Ano da Publicação	Periódico	Título	Contribuições dos autores
1	Melo; Montenegro, 2025	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE	Práticas pedagógicas inclusivas: desafios, estratégias e recursos para alunos com necessidades educacionais especiais	Identificaram desafios acerca da educação inclusiva como falta de recursos disponíveis; ausência de material pedagógico dentre outros. Como avanço foram identificadas aulas com ferramentas visuais e lúdicas.
2	Nascimento et al, 2024.	Lumen et virtus	Educação inclusiva: práticas e desafios no atendimento a estudantes com deficiência	A insegurança dos professores comprometem a qualidade do ensino
3	Santos et al, 2024	Contribuciones a Las Ciencias Sociales	Práticas pedagógicas inclusivas e os desafios da educação para todos: um estudo teórico	Necessidade de sérias mudanças sociais e culturais na escola
4	Rocha; Santos, 2024	Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	Práticas pedagógicas inclusivas na educação básica: uma análise da produção científica	Desafios na adequação escolar e formação de porfessores
5	Reis; Coutinho, 2025	Revista Ibero-Americana de Humanidades,	Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas	Insuficiência na formação dos porfessores para lidar com a diversidade

		Ciências e Educação		

Fonte: Autora (2026)

No que se refere aos tipos de estudos selecionados, a busca foi direcionada, a priori, para pesquisas de caráter exploratório, com ênfase em estudos de coorte e investigações de campo, por se entender que tais delineamentos possibilitam uma análise mais aprofundada das práticas pedagógicas no contexto real e das vivências relacionadas à educação inclusiva. Essa escolha metodológica visou privilegiar evidências empíricas capazes de refletir a complexidade dos desafios e das estratégias de superação adotadas no cotidiano escolar. Entretanto, diante da limitada e reduzida quantidade de estudos com esses delineamentos específicos, houve a necessidade de ampliar os critérios de inclusão, incorporando também pesquisas de revisão, especialmente revisões integrativas e sistemáticas. Essa ampliação permitiu o acesso a um conjunto mais robusto de evidências científicas, favorecendo a consolidação do conhecimento existente, a identificação de lacunas na literatura e a construção de uma análise mais abrangente e fundamentada sobre a temática investigada (Bueno; Santos, 2020).

Com o objetivo de facilitar a discussão, os artigos serão nomeados numericamente conforme a sequencia de 1 a 5. O artigo 1 se refere aos avanços e desafios vigentes na educação inclusiva no país, que houve avanços no dinamismo das aulas como por exemplo a inserção de jogos, de atividades lúdicas bem como outras dinâmicas mas ocorre a permanência de barreiras como a falta de estrutura, de treinamentos e protocolos de estratégias inclusivas (Melo; Montenegro, 2025).

Resultado semelhante foi evidenciado em um estudo de revisão integrativa publicado em 2024, no qual o autor reconhece os avanços proporcionados pela consolidação da legislação voltada à educação inclusiva, destacando seu papel fundamental na garantia de direitos e na promoção da equidade no acesso à educação. Contudo, o estudo também aponta importantes fragilidades no processo de implementação dessas normativas, sobretudo no que se refere à precariedade da estrutura educacional destinada ao atendimento inclusivo (Coelho, 2023).

Esses achados revelam um paradoxo: a educação inclusiva avança no discurso e em algumas práticas pontuais, mas continua tropeçando nos mesmos obstáculos estruturais. O contraste entre o que a legislação promete e o que a escola consegue entregar cria uma

sensação de avanço pela metade. O resultado é uma educação que tenta ser inclusiva, mas ainda não consegue ser, de fato, para todos.

O artigo 2, identifica a insegurança ocmo um dos principais desafios na escolha das práticas educativas e pedagógicas direcionadas a educação inclusiva, neste sentido observa-se a fragmentação das ações e falta de um direcionamento acerca de tais práticas (Nascimento et al, 2024).

Corroborando com esses achados, foi identificado um estudo que evidencia a insuficiência de formação e a consequente insegurança por parte do corpo docente no que se refere à implementação da educação inclusiva. Esse achado corrobora resultados de outras pesquisas, nas quais se observa uma significativa escassez de capacitação específica para professores, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas e ao manejo da diversidade em sala de aula (De andrade et al, 2023).

Além disso, destaca-se que essa fragilidade não se restringe apenas à formação individual dos docentes, mas reflete limitações mais amplas do próprio sistema educacional, que ainda se mostra pouco estruturado para atender de forma efetiva às múltiplas necessidades dos estudantes. A ausência de políticas consistentes de formação continuada, aliada à carência de suporte institucional, recursos pedagógicos e equipes multidisciplinares, contribui para a manutenção de um cenário de insegurança profissional e dificuldades na operacionalização da inclusão. Nesse sentido, torna-se imprescindível o fortalecimento de estratégias formativas e estruturais que promovam maior preparo e confiança aos professores, favorecendo a construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas (Souza et al, 2023).

A partir desse paralelo, vemos um cenário em que a deficiência na formação docente não é apenas um detalhe periférico, mas o eixo que desestabiliza toda a proposta de educação inclusiva. Há uma sensação de que os professores caminham sobre um terreno pedagógico frágil, tentando acertar, mas sem bússola, sem formação consistente e sem o respaldo institucional necessário. Essa falta de direção transforma a inclusão em um conjunto de ações fragmentadas, quase improvisadas, que dependem mais do esforço individual do que de um sistema preparado.

O artigo 3 descreve a falta de um direcionamento matricial acerca das práticas de ensino direcionadas a educação inclusiva sugerindo sérias mudanças sociais e culturais na escola, tais mudanças estão relacionadas a falta de discussões e de avaliações consntantes no porcesso ensino-aprendizado na educação inclusiva (Santos et al, 2024).

Apesar dos desafios evidenciados, também foram identificados avanços significativos no campo da educação inclusiva. Dentre eles, destaca-se o fortalecimento da legislação brasileira voltada ao ensino inclusivo, a qual tem desempenhado um papel fundamental na garantia do direito à educação para todos, promovendo princípios como equidade, acessibilidade e participação no ambiente escolar. Ademais, observa-se a incorporação de práticas pedagógicas mais dinâmicas, interativas e lúdicas, que favorecem o engajamento dos estudantes e contribuem para a construção de um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e significativo. Essas estratégias possibilitam a valorização das diferentes formas de aprender, respeitando as particularidades de cada aluno (Lima-Rodrigues, 2024).

Essas pontuações nos fazem refletir que a ausência de um direcionamento matricial faz com que a inclusão se torne um esforço disperso, quase intuitivo, dependente mais da boa vontade do que de uma estrutura sólida. Falta debate, falta reflexão contínua, falta um olhar crítico sobre o próprio processo de ensinar e aprender. Ao mesmo tempo, há um movimento de avanço que não pode ser ignorado. A legislação se fortalece, as práticas pedagógicas ganham vida com metodologias mais dinâmicas e lúdicas, e a escola começa a reconhecer que aprender não é um ato homogêneo. Esses progressos mostram que a inclusão não é uma utopia distante, mas uma construção possível.

O artigo 4 menciona desafios na adequação escolar considerando as necessidades de adaptação da educação inclusiva, bem como falta de formação dos professores. Neste sentido, além da carência da formação dos professores observa-se falta de adequações na estrutura física da escola para fins de educação inclusiva (Rocha; Santos, 2024).

Corroborando com a ideia, observou-se em um estudo de campo observou-se uma significativa fragilidade na estruturação da educação inclusiva nas escolas, evidenciada pela ausência de recursos materiais adequados, limitações na formação continuada dos profissionais da educação e insuficiência de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. Essa lacuna estrutural compromete não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar desses alunos, contrariando os princípios de equidade e inclusão preconizados pelas políticas educacionais (Faustino; Silva, 2024).

Essa discussão reforça um sistema que exige práticas inclusivas, mas não oferece as condições mínimas para que elas aconteçam de forma consistente. A falta de formação continuada aparece como um ponto crítico, pois deixa os docentes inseguros, sem repertório

e sem apoio para lidar com as demandas específicas dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. Antes de estruturar alunos com deficiências e transtornas em escolas e sala regulares é preciso estruturar a formação de professores e a estrutura física e pedagógica da escola, pois cso contrário a inclusão vira discurso e parágrafos de leis, quando deveria ser real e prática.

A preparação dos professores para a efetivação da educação inclusiva configura-se como um dos principais desafios no cenário educacional contemporâneo. Tal dificuldade está diretamente relacionada à ausência ou à insuficiência de cursos de formação inicial e continuada que capacitem adequadamente o docente para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Em muitos casos, as licenciaturas ainda abordam a temática da inclusão de forma superficial, o que compromete o desenvolvimento de competências pedagógicas específicas voltadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais diversas (Faustino; Pereira, 2023).

O artigo 5 descreve insuficiência na formação de professores direcionada a educação inclusiva, ou seja, todos referem a escassez de treinamentos, cursos de capacitação e especialização na educação inclusiva.

Aspecto semelhante foi descrito em outro estudo no qual observa-se uma limitada oferta de cursos de especialização e capacitação continuada que contemplem, de maneira prática e contextualizada, estratégias de ensino inclusivo, uso de tecnologias assistivas e adaptação curricular. Essa lacuna formativa contribui para a insegurança profissional, dificultando a implementação de práticas pedagógicas eficazes e equitativas. Nesse sentido, torna-se fundamental o investimento em políticas públicas que fortaleçam a formação docente, promovendo não apenas o acesso a cursos de qualidade, mas também o acompanhamento contínuo e o suporte institucional necessário para que os professores possam atuar de forma segura, crítica e comprometida com os princípios da educação inclusiva (Faustino; Silva, 2024).

A diversidade de limitações e necessidades educacionais presentes no ambiente escolar demanda a constante adaptação das práticas pedagógicas, exigindo dos docentes a utilização de estratégias diferenciadas, flexíveis e centradas no aluno. Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de metodologias inclusivas, adaptações curriculares e o uso de recursos didáticos variados que possibilitem atender às especificidades de cada estudante, promovendo uma aprendizagem equitativa e significativa (Garcia et al, 2024).

Entretanto, evidências oriundas de estudos de campo indicam que muitos professores

relatam sentimentos de insegurança frente a esse processo. Tal insegurança está frequentemente associada à insuficiência de formação específica, à falta de suporte institucional e à carência de recursos adequados para a implementação de práticas inclusivas. Dessa forma, apesar do reconhecimento da importância da inclusão, observa-se que os docentes ainda enfrentam desafios consideráveis para sua efetivação, o que reforça a necessidade de investimentos em formação continuada, apoio pedagógico e fortalecimento das políticas educacionais voltadas à inclusão (Garcia et al, 2021).

Outro avanço relevante refere-se ao aumento do acesso de estudantes que necessitam de inclusão na rede educacional, evidenciando uma maior abertura das instituições de ensino para a diversidade. Esse movimento representa um importante passo na democratização do ensino, ainda que persistam desafios relacionados à permanência, ao suporte adequado e à qualidade do atendimento oferecido. Dessa forma, os avanços observados indicam progressos importantes, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de continuidade e aprimoramento das políticas e práticas inclusivas (Brasil, 2015).

No que se refere às práticas pedagógicas, evidencia-se um paradoxo significativo no campo da educação inclusiva: ao mesmo tempo em que há um amplo reconhecimento teórico e normativo da importância da inclusão no ambiente escolar, observa-se uma notável escassez de orientações práticas e sistematizadas que auxiliem os docentes na implementação efetiva de estratégias inclusivas no cotidiano da sala de aula. Embora as políticas públicas e os marcos legais avancem no sentido de garantir o direito à educação para todos, muitos professores ainda se deparam com a ausência de referenciais concretos que orientem a adaptação curricular, o uso de metodologias diferenciadas e a avaliação inclusiva. Essa lacuna entre teoria e prática contribui para a insegurança docente e para a dificuldade de operacionalização da inclusão de forma consistente Bezerra; Silva, 2019).

Além disso, a limitada produção e disseminação de experiências exitosas e de materiais pedagógicos aplicáveis à realidade escolar reforçam esse cenário, evidenciando a necessidade de maior investimento em pesquisas aplicadas, formação continuada e elaboração de guias práticos. Nesse sentido, torna-se essencial aproximar os discursos teóricos das práticas pedagógicas, promovendo uma educação inclusiva que seja não apenas prevista em documentos, mas efetivamente vivenciada no cotidiano educacional (Souza et al, 2023).

A escassez de estudos aplicados e de exemplos exitosos no campo da educação inclusiva impacta diretamente a adoção e a consolidação de práticas pedagógicas nas escolas.

A ausência de referências concretas e de experiências bem-sucedidas dificulta a tomada de decisão por parte de gestores e professores, contribuindo para a manutenção de práticas tradicionais que nem sempre contemplam a diversidade presente no ambiente escolar (Bueno & Santos, 2020).

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de ampliar a produção científica voltada à identificação, sistematização e divulgação de estratégias eficazes de inclusão, especialmente aquelas desenvolvidas em contextos reais de ensino. A disseminação de boas práticas pode servir como subsídio importante para orientar intervenções pedagógicas mais assertivas e contextualizadas (Coelho, 2023).

Considerações finais

O estudo evidencia avanços significativos no campo da educação inclusiva no país, especialmente no que se refere ao fortalecimento das políticas públicas, à ampliação do acesso à escola e à crescente valorização de práticas pedagógicas voltadas à diversidade. Tais progressos refletem um movimento importante em direção à construção de um sistema educacional mais equitativo e democrático.

Entretanto, ainda persistem diversos desafios e paradigmas a serem superados, dentre os quais se destaca a necessidade de maior preparo profissional para atuação no contexto inclusivo. A insuficiência de formação específica, aliada à carência de suporte institucional e de recursos adequados, compromete a efetividade das práticas pedagógicas e evidencia a lacuna entre os avanços normativos e a realidade vivenciada nas instituições de ensino.

No que se refere às limitações do estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma revisão integrativa, a qual, embora permita uma análise ampla e sistematizada da literatura existente, não contempla a coleta de dados primários. Dessa forma, não foi possível observar diretamente a aplicação das práticas no contexto real, o que pode restringir a compreensão de aspectos práticos e vivenciais relacionados à implementação da educação inclusiva. Tais limitações indicam a necessidade de futuros estudos empíricos que aprofundem a análise da temática em cenários concretos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. M. B. et al. Análise de sustentabilidade agro-hidrometeorológica no estado do Ceará. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 22, n. 1, p. 11-20, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, M. A.; SILVA, R. L. **Educação Inclusiva e Desafios Pedagógicos**. São Paulo: Editora Inclusiva, 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Casa Civil, 2009.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Casa Civil, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BUENO, J. G. S.; SANTOS, R. A. Muda o Governo, Mudam as Políticas? O Caso da Política Nacional de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250013, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu. Acesso em: 14 jan. 2026.

COELHO, D. F. **Educação inclusiva na perspectiva dos desafios docentes em sala de aula e formação continuada.** 2023. Disponível em: https://journal.scientificsociety.net. Acesso em: 12 jan. 2026.

DANTAS, JC. Gestão da água, gestão da seca: a centralidade do açude no gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido. **Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental)** – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

DE ANDRADE, CF; SUDBRACK, EM; NASCIMENTO, LA. Capítulo 8. **Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Perspectivas e Desafios**. Educação Básica, Educação Especial, Práticas e Formação Docente, p. 113, 2024.

DE SOUZA, FT et al. Educação Inclusiva e Diversidade na Formação de Professores. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 5, p. e4290-e4290, 2024.

FAUSTINO, A. J. C.; PEREIRA, A. Políticas Públicas Educacionais de Inclusão Social. **Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2023. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2462. Acesso em: 9 jan. 2026.

FAUSTINO, A. J. C.; SILVA, R. C. Formação Continuada de Professores e Educação Inclusiva. **Revista de Educação e Cultura Inclusiva**, v. 9, n. 1, p. 45–62, 2024. Disponível em: https://revistaeducainclusiva.com.br/article/view/1357. Acesso em: 9 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. S.; MARTINS, P. C.; ALMEIDA, L. M. Educação inclusiva e formação docente: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, v. 42, p. 1-18, 2021. Disponível em: https://educsoc.org.br/artigo/532/. Acesso em: 10 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, C. R., TELES, M. P., ALMEIDA, R. S. **Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar: Teorias e Aplicações**. Rio de Janeiro: Editora Visão, 2022.

GUIMARÃES, C. R., TELES, M. P., ALMEIDA, R. S. **Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar: Teorias e Aplicações**. Rio de Janeiro: Editora Visão, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-RODRIGUES, L. **Educação inclusiva e a formação continuada de professores: aprendizados nacionais e internacionais**. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. **In: Seminário Internacional: Redes de Educação Solidária**. Campinas: LEPED/UNICAMP, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. I**nclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, L. B. DE, & MONTENEGRO, R. K. A. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E RECURSOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, *11*(1), 715–732, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.17686. Acesso em 14 abr., 2026.

NASCIMENTO, J S et al. Educação inclusiva: práticas e desafios no atendimento a estudantes com deficiência. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 43, p. 7947-7958, 2024.

NOZI, D. R.; VITALIANO, E. **Comunicação Humana e seus Distúrbios**. 2ªed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

REIS, M. R., & COUTINHO, D. J. G. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, *11*(1), 2386–2405 . (2025). Dsiponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.17980. Acesso em: 14 abr., 2026

TELES, J. M. **Políticas Educacionais e Inclusão: Uma Perspectiva Crítica**.

Salvador: Editora Social, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MEC/Corde, 1994.

VIANA, P. et al. **A mudança de sentido e o sentido da mudança**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

VIOTO, A. C. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Rev. soc. bras. fonoaudiol**, São Paulo, v. 13, n. 3, 2019.